

# UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO A PARTIR DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Cleidiane Nogueira Prates<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo resulta de reflexões iniciais acerca da educação do campo no empoderamento dos camponeses e camponesas, tendo em vista a importância dos processos de formação para convivência com o Semiárido da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA. O estudo tem como objetivo refletir sobre a educação do campo no âmbito dos processos de formação que acontecem nesse espaço, buscando evidenciar a importância dos movimentos sociais na luta pela educação do campo; de modo a contextualizar e discutir sobre os processos de formação para convivência com o Semiárido da ASA. Assim, torna-se imprescindível pensar numa educação do campo que seja capaz de empoderar as pessoas a lutar pelos seus direitos, de modo que a educação oferecida aos camponeses e camponesas esteja vinculada ao contexto da comunidade e ao modo de vida deste povo que reconhece no campo suas origens, sua identidade. A metodologia delineada nesse trabalho ainda está em construção, pois se compreende que ao decorrer do estudo será necessário um maior aprofundamento teórico, assim como também no campo empírico para delinear os percursos metodológicos mais viáveis no desenvolvimento da pesquisa. Ao discutir sobre a relevância da proposta de formação para convivência com o Semiárido da ASA, fica explícito a discussão acerca da educação do campo, vista sob uma perspectiva dialógica de construção de saberes e experiências. Diante disso, a formação no âmbito dos movimentos sociais, e especificamente no que diz respeito à convivência com o Semiárido contribui significativamente para se pensar numa educação libertadora que valorize o campo como espaço de possibilidades, capaz de empoderar seus sujeitos enquanto protagonistas das suas próprias histórias.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Processos de formação. Convivência com o Semiárido.

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia: docência e gestão de processos educativos pela Universidade do estado da Bahia UNEB - Campus XII, pós-graduada em docência do ensino superior pela UNIGRAD - Faculdade Guanambi. Atualmente faz parte da equipe de comunicação e assessoria pedagógica do Centro de Agroecologia no Semiárido – CASA em Guanambi. E-mail: [cleidianeprates@yahoo.com.br](mailto:cleidianeprates@yahoo.com.br).

## INTRODUÇÃO

A educação rural em sua trajetória histórica e política retrata uma visão urbanocêntrica de educação que contrapõe a realidade e as especificidades dos sujeitos que fazem parte desse contexto. Esse modelo hegemônico reforça a dicotomia entre o rural e o urbano, e contribui para a construção de uma imagem negativa do campo.

Dessa forma, pensar esse espaço em suas dimensões plurais demanda compreender as relações estabelecidas entre campo e cidade de acordo com o modelo de sociedade capitalista. “É preciso refletir sobre o sentido de inserção do campo no conjunto da sociedade para quebrar o fetiche que coloca o camponês como algo à parte, fora do comum, fora da totalidade definida pela representação urbana” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 34).

Neste sentido, os estereótipos e a visão pejorativa que se atribuiu ao campo e ao camponês baseiam-se numa sociedade capitalista que se caracteriza pelas relações de dominação, ou seja, dominantes x dominados. Esse modelo excludente nega os direitos do homem e da mulher do campo. Isso porque, “o camponês brasileiro foi estereotipado, pela ideologia dominante, como fraco e atrasado: como Jeca Tatu, que precisa ser redimido pela modernidade para se integrar à totalidade do sistema social – ao mercado” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 34).

Nessa perspectiva, se o campo e os sujeitos que vivem nesse lugar são vistos com descaso pela sociedade e pelas políticas públicas, a tendência é que a educação oferecida a essas pessoas reproduzam um projeto de desenvolvimento que representa os interesses da elite, dos grandes proprietários de terra, ao invés da agricultura familiar.

Por isso, “a educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz para fora, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem [...]” (BRANDÃO, 2008, p. 12). No entanto, é preciso refletir sobre a proposta educacional que queremos construir, pois assim como a educação pode ser emancipadora e contribuir com a transformação social, esta pode legitimar a ideia de que a cidade é melhor que o campo, de modo a desconsiderar os saberes, as educações, enfim, a identidade camponesa.

Partindo desse pressuposto, torna-se fundamental pensar a educação do campo como uma formação ampla que ultrapassa os muros da escola e dialoga com a comunidade. Isso permite construir o conhecimento através de uma relação dialógica. Nessa concepção, o papel

dos movimentos sociais é essencial na construção de políticas públicas para uma vida digna no campo. A luta desses movimentos traz experiências e conhecimentos que incentivam as pessoas a compreender o campo como lugar de vida, de emancipação que se constitui em um terreno fértil para a transformação social. Discutir educação do campo não é só na escola, é nos movimentos sociais, é nas organizações da sociedade civil, enfim, a educação não pode ser vista de forma fragmentada, ao passo que faz parte das lutas dos povos pelo direito a terra, à água, a soberania e segurança alimentar, a igualdade de gênero, entre outras bandeiras.

Nessa perspectiva, o presente artigo perpassa pela seguinte temática: Quais as contribuições da educação do campo no empoderamento dos camponeses e camponesas? E qual a importância dos processos formativos que se desenvolvem nos movimentos sociais, a exemplo da proposta de convivência com o Semiárido da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA? Para nortear esses questionamentos, o estudo tem como objetivo geral: Refletir sobre a educação do campo no âmbito dos processos de formação que acontecem nesse espaço, buscando evidenciar a importância dos movimentos sociais na luta pela educação do campo; de modo a contextualizar e discutir sobre os processos de formação para convivência com o Semiárido da ASA.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: ALGUMAS REFLEXÕES**

Historicamente, o campo foi visto como um lugar atrasado, inferior à cidade, daí a invisibilidade das políticas públicas destinadas aos povos camponeses que na maioria das vezes se configuram como políticas compensatórias que reforçam a visão negativa e estereotipada do campo. Isso porque, “há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 21).

Por trás desse modelo de sociedade excludente que prega a dicotomia entre o rural e o urbano, há também um modelo de educação que legitima a ideologia de determinados grupos sociais. Por isso, faz-se necessário refletir sobre o tipo de educação que está sendo oferecida aos povos do campo, e a quem essa educação serve? Infelizmente, o rural ainda é tido como o lugar da escassez, e a educação têm reforçado essa ideia a partir do momento que desconsidera a realidade e os saberes dos sujeitos do campo.

A escola é um dos instrumentos de reprodução e fortalecimento desse imaginário: o campo como um lugar onde predomina a escassez. Para alguns ‘não é lugar de se viver, apenas de sobreviver, ou de sair dele o mais rápido que puder’. Por isso, que um dos fundamentos da Educação do Campo, é resgatar o campo enquanto um lugar de vida, de morar, de trabalhar, de ser feliz, lugar de construção de identidades que tem particularidades e referências identitárias (LUNAS; ROCHA, 2009, p.80).

Sob essa ótica, é fundamental que as especificidades e singularidades do campo sejam valorizadas através de uma educação que represente o contexto das famílias camponesas, visto que muitas vezes os próprios agricultores e agricultoras devido a um modelo de educação que supervaloriza a cidade em detrimento do campo acabam por acreditar na superioridade do urbano em relação ao rural.

Nessa perspectiva, a educação do campo deve ser entendida como um processo amplo de formação que ultrapassa a dimensão escolar, uma vez que esta se caracteriza como:

[...] toda ação educativa desenvolvida entre os povos do campo, ‘incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas’, e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida (LUNAS; ROCHA, 2009, p.74).

Essa concepção de educação compreende que os sujeitos do campo têm história, possuem saberes que não podem ser desconsiderados. Dessa forma, as práticas educativas não acontecem apenas na escola, mas em diversos espaços, é isso que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº. 9394/96 determina em seu art. 1º: “A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Nesse sentido, a educação do campo dialoga com essa concepção ampla de educação à medida que desenvolve processos formativos visando à emancipação dos seus sujeitos e a reflexão sobre a realidade. A educação entendida dessa forma leva em consideração a pluralidade dos saberes que existem nos diferentes contextos.

Entretanto, nem sempre isso se materializa na prática, uma vez que as leis e teorias por mais consistentes que sejam não dão conta de atender as relações complexas que se estabelecem na sociedade capitalista.

Quando a educação é pensada e refletida nas leis, nos princípios, na filosofia ou nas políticas públicas se apresenta como um bem, um direito de todos. Curiosamente os mesmos pseudocidadãos que possuem esse direito social nem sequer são consultados para saber que tipo de educação/educações querem e/ou desejam ou como ela deveria ser. Tudo chega pronto na escola da roça, na favela, nas periferias ou nos centros urbanos. Todos aceitam e não se questiona nada sobre a educação que se quer naquela dada comunidade de pessoas (ROCHA; GONÇALVES, 2010, p.64).

Diante disso, torna-se imprescindível pensar numa educação do campo que seja capaz de empoderar as pessoas a lutar pelos seus direitos, de modo que a educação oferecida aos camponeses e camponesas esteja vinculada ao contexto da comunidade e ao modo de vida deste povo que reconhece no campo suas origens, sua identidade. “A escola, os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os saberes, os valores, a cultura a formação que acontece fora da escola” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 14).

A partir desse olhar, dialogamos com Brandão (2008), ao considerar que não existe apenas uma forma de educação, mas educações, e são essas diversas educações que contribuem com a formação humana dos sujeitos. À medida que se desconsidera os valores, a cultura, os saberes que são produzidos na comunidade, contribui-se com a manutenção da ideologia dominante. “Na prática, a mesma educação que ensina pode deseducar, e pode correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz, ou do que inventa que pode fazer” (BRANDÃO, 2008, p. 12).

Assim, fica evidente a necessidade de construir uma educação do campo que faça sentido na vida das pessoas, e, sobretudo que fortaleça a identidade camponesa através da luta pelos direitos e pela justiça social.

Os movimentos sociais, principalmente os que defendem a educação do campo, vêm desenvolvendo ações importantes na luta pelos direitos dos camponeses e camponesas. “O movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação” (ARROYO, 1999, p.10). A conquista desses direitos revela as lutas que os homens e mulheres do campo travaram ao longo da história para serem reconhecidos enquanto sujeitos de direitos.

Isso traduz a importância dos movimentos sociais na valorização da realidade do campo. Na maioria das vezes, a educação que faz sentido para o nosso contexto não se aprende na escola, mas com os processos educativos que acontecem no cerne dos movimentos sociais. A educação ocorre em todos os lugares, seja na família, no trabalho, na escola, nas lutas e nos movimentos, enfim, estamos constantemente aprendendo e construindo novos saberes.

Por isso é importante valorizar os saberes da comunidade e dos povos que ali vivem.

Desde as comunidades primitivas, homens e mulheres faziam educação em seus vários espaços de convivência. Aprender e ensinar eram e são práticas cotidianas que se fazem a partir da relação do ser humano com outros seres humanos, com a cultura, com as coisas em si [...]. As educações existentes nas comunidades primitivas estavam intimamente ligadas às características sociais, econômicas e políticas existentes numa dada comunidade de pessoas (ROCHA; GONÇALVES, 2010, p. 65).

Nesse sentido, é preciso que a educação dialogue com a realidade do campo partindo do pressuposto de que todos os sujeitos possuem saberes historicamente construídos. Como afirma Freire (1987), na concepção de educação libertadora, os conhecimentos são construídos mediante a interação dos sujeitos na sociedade; ao contrário da concepção “bancária” de educação, em que os saberes são transmitidos como verdade absoluta.

Diante disso, evidencia-se a importância da proposta educativa dos movimentos sociais no empoderamento dos povos que vivem no campo. Assim, “olhar para o movimento social como sujeito pedagógico significa retornar uma vez mais à reflexão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere” (CALDART, 2004, p. 317-318). É nessa perspectiva que a educação do campo ao desconstruir os paradigmas centrados na visão urbanocêntrica de educação, constrói um novo olhar sob o campo, que passa a ser visto como um espaço de possibilidades.

Dessa forma, “os movimentos geram um saber e um saber-se para fora. Um ser que alarga seu saber local e se amplia” (ARROYO, 2011, p.67). Através dessa ideia, compreende-se que os movimentos sociais possuem uma dimensão educativa que ultrapassam o saber escolar. Isso se constitui a partir de um processo de formação que visa à emancipação das pessoas.

## **A ASA E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

A Articulação Semiárido Brasileiro – ASA é uma rede formada por mais de 3 mil organizações da sociedade civil que juntas lutam pela melhoria das condições de vida do povo que vive no Semiárido. Estão inseridos no contexto dessa rede e das organizações os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações rurais, movimento de mulheres camponesas, dentre outras.

Dessa forma, a ASA desenvolve um trabalho de valorização da região Semiárida, e dos sujeitos que vivem nesse contexto através da construção de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para consumo humano e para produção de alimentos. Isso acontece por meio de um processo dinâmico e participativo de mobilização social que vem se constituindo enquanto experiências significativas de convivência com o Semiárido.

Nesse âmbito, o processo de construção das tecnologias sociais fortalece a política de convivência com o Semiárido, a partir de uma visão holística dessa região. Como afirma Malvezzi (2007), não se pode compreender o Semiárido sob uma única dimensão. É nesse sentido que a proposta de convivência com o Semiárido da ASA engloba vários aspectos que são desencadeados a partir das tecnologias sociais, visto que a democratização do acesso à água possibilitou as famílias agricultoras discutir políticas públicas e lutar pelos seus direitos. Como pauta dessa discussão está a agroecologia, a segurança alimentar e nutricional, a luta pela terra, a educação contextualizada, dentre outras bandeiras que a ASA defende e vai de encontro aos movimentos sociais.

A partir dessa dinâmica, a ASA desenvolve processos formativos através dos cursos de capacitação, intercâmbios, programas de rádio, boletins, encontros e debates que buscam valorizar a realidade dos agricultores e agricultoras do Semiárido enquanto sujeitos do conhecimento. Nesse sentido, a formação é um subsídio para que as famílias agricultoras desenvolvam alternativas para viver bem no campo aproveitando as riquezas que a natureza oferece.

Dessa forma, quando o campo é visto como um espaço de construção e valorização de saberes, tal qual se evidencia nas práticas educativas da ASA e das organizações que integra essa rede, podemos pensar numa educação que verdadeiramente respeite e represente os sujeitos do campo enquanto protagonistas desse trabalho educativo. Assim, a ASA e os movimentos sociais que direta ou indiretamente defendem uma educação do campo,

contextualizada de acordo à realidade dos camponeses e camponesas contribuem para a construção de um novo olhar sob o Semiárido.

## **METODOLOGIA**

Diante da complexidade de investigar as contribuições da educação do campo no empoderamento dos sujeitos que vivem nesse espaço, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois esta possibilita uma maior compreensão da realidade permitindo interpretar os fenômenos e a atribuição qualitativa de seus significados, sendo que na pesquisa qualitativa “a realidade é uma construção social da qual o pesquisador participa, conseqüentemente acarretando a valorização da imersão do pesquisador no contexto estudado.” (MACHADO, 2007, p.10).

A pesquisa acontecerá nos municípios da microrregião de Guanambi/BA, por se tratar da área de atuação do Centro de Agroecologia no Semiárido – CASA, entidade da sociedade civil ligada à Articulação Semiárido Brasileiro – ASA. Os sujeitos da pesquisa serão os agricultores e agricultoras que conquistaram as tecnologias sociais pela ASA, tendo em vista que essas famílias agricultoras participaram do processo de formação para convivência com o Semiárido da ASA.

Dessa forma, para responder as questões e objetivos propostos, além de aprofundar as discussões acerca da educação do campo, recorreremos à pesquisa de campo, que se constituirá através de entrevista semiestruturada e análise documental. A análise documental será feita a partir dos materiais utilizados pela ASA nos processos de formação, tais como cartilhas, boletins, revistas, entre outros que permitam relacionar a imagem do Semiárido difundida nesses materiais e a visão de educação implícita através dessas produções. Além desses instrumentos utilizaremos o diário de campo em todos os momentos da pesquisa para registrar reflexões realizadas durante a observação e o acompanhamento dos processos de formação nas comunidades, este será de suma importância na interpretação dos dados.

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO A PARTIR DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: ALGUNS APONTAMENTOS**

Construir uma proposta de educação do campo que dialogue com a realidade dinâmica e plural desse espaço e também com os sujeitos que nele habitam perpassa por uma visão holística de educação que engloba não só a escola, mas os processos educativos que acontecem fora dela. Conforme Rocha e Gonçalves (2010), a Educação do Campo é algo para



além da própria escola, pois vincula-se à vida e a organização do povo, constituindo-se como uma formação fundamental para se pensar num novo projeto para o campo.

É nessa perspectiva que o presente estudo traz reflexões importantes acerca da educação do campo no âmbito da proposta de convivência com o Semiárido da ASA, visto que através da participação e acompanhamento aos cursos de formação e intercâmbios realizados pelo Centro de Agroecologia no Semiárido – CASA foi possível perceber que a proposta de convivência com o Semiárido da ASA dialoga com a educação do campo à medida que valoriza os agricultores e agricultoras enquanto sujeitos do conhecimento, tendo em vista que as formações são pensadas a partir do contexto das comunidades, e da realidade das famílias camponesas.

A conquista das tecnologias sociais envolve uma metodologia dinâmica e participativa com o objetivo de que as famílias se apropriem da tecnologia e aprendam a conviver com a região Semiárida. Através dos cursos de formação que acontecem durante o processo de conquista das tecnologias, as famílias conhecem melhor a realidade do Semiárido, aprendem alternativas e técnicas agroecológicas adaptadas ao clima da região, e também partilham seus saberes.

Desse modo, o curso de Gestão de Água para Produção de Alimentos – GAPA e a capacitação de Sistema Simplificado de Manejo de Água para Produção – SSMA reforçam a valorização da agricultura familiar e reafirmam a identidade camponesa.

Além disso, têm os intercâmbios que são muito importantes no processo de conquista das tecnologias, visto que valorizam os saberes populares e potencializam o processo de formação para convivência com o Semiárido. Através da troca de saberes e experiências, os agricultores e agricultoras aos poucos vão construindo uma nova realidade, afinal é uma capacitação de agricultor para agricultor.

Nesse sentido, a comunicação popular tem um papel essencial na proposta de formação para convivência com o Semiárido, visto que empodera os agricultores e agricultoras a serem protagonistas das suas próprias histórias, a partir da luta pelo direito de se comunicar.

A comunicação popular está inserida em todos os processos formativos, desde a mobilização social até a sistematização das experiências. É justamente com o objetivo de potencializar as histórias e riquezas do nosso sertão que a comunicação é pensada na ASA. Através dos boletins (O Candeeiro) do Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2, os banners, programas de rádio e outras produções, as experiências e os saberes dos agricultores e agricultoras são contados e espalhados pelo Semiárido.

Por trás da proposta de convivência com o Semiárido da ASA, há um processo de formação que viabiliza a construção e a valorização dos saberes e experiências dos sujeitos, e isso perpassa pela reflexão acerca da educação do campo.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A presente pesquisa resulta de reflexões iniciais acerca da educação do campo, sendo que as observações tecidas ao longo do artigo partem da vivência da pesquisadora no planejamento e acompanhamento aos cursos de formação para convivência com o Semiárido realizados pelo CASA, entidade ligada a ASA. A metodologia delineada nesse trabalho ainda está em construção, pois se compreende que ao decorrer do estudo será necessário um maior aprofundamento teórico, assim como também no campo empírico para delinear os percursos metodológicos mais viáveis no desenvolvimento da pesquisa.

Diante desses apontamentos, ainda que sejam discussões iniciais no que diz respeito à educação do campo, pode-se evidenciar a importância dos processos de formação no empoderamento dos camponeses e camponesas, sendo que a dinâmica formativa dos movimentos sociais contribui para uma educação que valorize a realidade e o contexto desses sujeitos.

Ao discutir sobre a relevância da proposta de formação para convivência com o Semiárido da ASA, fica explícito a discussão acerca da educação do campo, vista sob uma perspectiva dialógica de construção de saberes e experiências. Afinal, como defende Freire (1996), a educação perpassa por um processo em que todos os sujeitos ensinam e aprendem a partir da reflexão sobre a realidade.

Nesse contexto, entende-se que a formação no âmbito dos movimentos sociais, e especificamente no que diz respeito à convivência com o Semiárido contribui significativamente para se pensar numa educação libertadora que valorize o campo como espaço de possibilidades, capaz de empoderar seus sujeitos enquanto protagonistas das suas próprias histórias.

## **REFERÊNCIAS**

ARROYO. Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: SCHERER-WARREN, Ilseet al. **Sociedade Civil e Participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília-DF, 1999.

ASA: Articulação no Semiárido Brasileiro. Recife: ASACom, 2010. (Cartilha)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos)

BRASIL, **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Texto na íntegra Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Editora Saraiva, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogias do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão popular, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir. MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília-DF, 1999.

LUNAS, Alessandra da Costa; ROCHA, Eliene Novaes. **Práticas pedagógicas e formação de educadores (as) do campo**. Brasília-DF: Dupligráfica, 2009. (Caderno Pedagógico da Educação do Campo).

MACHADO, Lourdes Marcelino. Considerações sobre a natureza do trabalho científico. IN: **Pesquisa em educação: passo a passo**. Marília-SP: Edições M3T, 2007.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. (Coleção Pensar o Brasil).

ROCHA, Eliene Novaes; GONÇALVES, José Wilson Souza. **Reflexões sobre o fazer pedagógico na formação de lideranças e dirigentes sindicais rurais: desenvolvimento territorial com ênfase na educação do campo**. Brasília-DF: CONTAG, 2010. (Cadernos Pedagógicos da Educação do Campo).